



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E CIENTÍFICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E CIENTÍFICA
CURSO DE LICENCIATURA INTEGRADA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS
MATEMÁTICA E LINGUAGENS**

**ATITUDES PEDAGÓGICAS PARA ESTIMULAR UM
ALUNO AUTISTA A FAZER SUAS ATIVIDADES**

Suécia Adriana Vilhena Cruz

Belém/PA
Março de 2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E CIENTÍFICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E CIENTÍFICA
CURSO DE LICENCIATURA INTEGRADA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS
MATEMÁTICA E LINGUAGENS**

ATITUDES PEDAGÓGICAS PARA ESTIMULAR UM ALUNO AUTISTA A FAZER SUAS ATIVIDADES

Suécia Adriana Vilhena Cruz

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obter o título de Graduado do Curso Licenciatura Integrada em Educação em Ciência em Matemática e linguagens da Faculdade de Educação Matemática e Científica da Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Vilhena da Silva

Belém/PA

Março de 2018

ATITUDES PEDAGÓGICAS PARA ESTIMULAR UM ALUNO AUTISTA A FAZER SUAS ATIVIDADES

Suécia Adriana Vilhena Cruz

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria de Fátima Vilhena da Silva (Orientadora)

Prof. Dr. Francisco Hermes Santos da Silva

Prof. Dr. Elielson Ribeiro de Sales

RESULTADO FINAL DA BANCA:

Aprovado em: ____/____/____

Belém/PA
Março de 2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado força para superar as dificuldades e me iluminando durante todo o processo de formação.

À minha orientadora Profa. Dra. Maria de Fátima Vilhena da Silva, pelos seus ensinamentos, pela amizade, pela paciência nas orientações e incentivo em todos os momentos, que tornaram possível a conclusão deste trabalho. Obrigada.

Ao meu amado filho João Benício que teve paciência em meus momentos de estudos e ao meu lado me deu coragem de continuar nessa caminhada. Te amo minha vida.

Aos meus pais João Edivaldo e Rosa Vilhena, que são a minha fortaleza, que me transmitiam os mais valiosos saberes, que compartilham comigo cada vitória, derrota, lágrimas e alegrias ao longo desta caminhada. A presença de vocês significa a segurança de que não estava sozinha. Essa conquista também é de vocês. Amo vocês.

Às amigas Selma Pinheiro, Patrícia da Conceição e Benedita de Jesus companheiras de trabalhos e irmãs na amizade que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida.

A todos os professores do IEMCI que no decorrer dos semestres me ajudaram a entender o quanto é importante uma aprendizagem contínua. Foram vocês quem me deram recursos e ferramentas para evoluir um pouco mais todos os dias em minha vida acadêmica.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

ATITUDES PEDAGÓGICAS PARA ESTIMULAR UM ALUNO AUTISTA A FAZER SUAS ATIVIDADES

Suécia Adriana Vilhena Cruz

RESUMO

No nosso país existem leis referente ao atendimento nas escolas de pessoas com algum tipo de deficiência. Porém, tem que existir qualificação adequada de professores para acolher os alunos com dificuldades de interação. Quando se trata de pessoa com Transtorno do espectro autista - TEA- é fundamental adaptar as suas atividades posto que esse transtorno tem como uma das características o sujeito seguir regras que nem sempre são impostas na escola. Diante dessa realidade o presente trabalho tem como problema de pesquisa: Até que ponto as atitudes pedagógicas podem estimular ou restringir a pessoa com autismo para realizar as atividades escolares? O objetivo principal é analisar pedagogicamente o comportamento do aluno autista frente as propostas escolares. O aluno pesquisado na época tinha 15 anos de idade, estudava no 5º ano dos anos iniciais em uma escola estadual no bairro do Guamá, na cidade de Belém. A coleta de dados ocorreu durante um semestre no estagio de docência. Neste estudo o aluno recebe o nome fictício de Lucas, a fim de preservar sua identidade. Os dados obtidos incluíram observações do aluno e contato direto com ele e da prática da professora regente dessa turma, sendo que o aluno apesar de ser autista demonstra interesse quando está fazendo algo que gosta, como usar a criatividade fazendo suas invenções. Embora minha convivência com o aluno tenha sido em um curto período pude perceber que suas virtudes e sua inteligência não eram aproveitadas em sala de aula fazendo com que esse aluno ficasse sem atividades durante o período em que estava na escola.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão Escolar. Prática de Ensino.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2.SOBRE TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA (TEA)	8
2.1 O significado de autismo	8
2.2 O autismo na escola	11
3. METODOLOGIA DA PESQUISA	15
3.1 Perfil da escola	15
3.2 O aluno autista pesquisado	16
3.3 A sala de aula	17
3.4. Recolha dos dados	18
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	18
4.1. Meus primeiros contatos na escola	18
4.2. Atividades escolares	19
5. CONCLUSÃO	26
6. REFERENCIAS	27

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda sobre o Transtorno de Espectro Autista (TEA) na escola, suas concepções e a inclusão escolar. Trata da observação de uma pesquisa realizada na escola em que o trabalho da professora regente está em evidência, além disso apresenta algumas limitações de um aluno com TEA as quais serão explicitadas e acompanhadas de reflexões.

Nos dias atuais o tema inclusão escolar tem sido preocupação de educadores e pesquisadores, e durante meu estágio supervisionado um aluno com TEA no 5ºano, não alfabetizado parecia não estar sendo incluído apesar de sua inteligência ser revelada em outros saberes.

O fato de ver o aluno a procura de algo para fazer na sala de aula tornou-se um incômodo para mim e por isso resolvi investigar: Até que ponto as atitudes pedagógicas podem estimular ou restringir a pessoa com autismo para realizar as atividades escolares? Sabemos que apesar da legislação que ampara as pessoas com deficiências convidam a sociedade para práticas de inclusão, sejam crianças, adultos ou idosos com algum tipo de deficiência essa prática ainda não é algo comum.

Nas escolas ainda se veem alunos sem tarefas adequadas às individualidades ou às especificidades. A educação para a inclusão não é efetiva ou nada é comparável aos objetivos previstos na legislação. Sendo assim pergunto o que é afinal a inclusão escolar?

Refletindo sobre as minhas vivências durante o estágio docente e minhas reflexões sobre o autismo o objetivo deste trabalho é analisar pedagogicamente o comportamento do aluno autista frente as propostas escolares na escola.

2. SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

2.1 O significado de Autismo

Autismo, palavra que vem do grego autos, que quer dizer “ de si mesmo”. Termo usado pela primeira vez pelo psiquiatra suíço Dr. Eugene Bleuler em 1911. Ele tentou descrever o autismo como a “fuga da realidade” para se referir a um dos critérios adotados em sua época para a realização de um diagnóstico de Esquizofrenia. A palavra autismo foi usada -pela primeira vez em 1943 pelo Dr. Leo Kanner, um psiquiatra infantil americano que percebeu em sua atuação profissional um grupo de crianças que se destacava das demais por duas características básicas: forte resistência a mudanças e incapacidade de se relacionar com pessoas (estavam sempre voltadas para si mesmas).

O Autismo Infantil foi definido por Kanner, em 1943, sendo inicialmente denominado Distúrbio Autístico do Contato Afetivo. No estudo foi revelado que as crianças apresentavam características comportamentais bastante específicas. Entre elas são citadas: perturbações das relações afetivas com o meio, solidão autística extrema, inabilidade no uso da linguagem para comunicação, presença de boas potencialidades cognitivas, aspecto físico aparentemente, normal, comportamentos ritualísticos, início precoce e incidência predominante no sexo masculino. (TAMANAHAL, PERISSINOTOLL e CHIARI, 2008, p.1)

A primeira publicação sobre autismo foi obra “Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo” de Leo Kanner, em 1943. É um estudo de caso sobre o comportamento de onze crianças que tinham em comum “um isolamento extremo desde o início da vida e um desejo obsessivo pela preservação da mesmice, denominando-as autistas”. O autor usou o termo “autismo infantil precoce”, porque esses sintomas já apareciam na primeira infância.

Em sua descrição, Kanner diz que as crianças respondiam de maneira incomum ao ambiente, incluíam maneirismos motores estereotipados, resistência à mudança ou insistência na monotonia. Também mostra que as crianças com esse “distúrbio autístico tinham déficits de relacionamento social e dificuldades na comunicação, tais como a inversão dos pronomes e a tendência ao eco na linguagem – ecolalia. (TAMANAHAL, PERISSINOTOLL E CHIARI, 2008, p.1).

Atualmente esse transtorno tem novos significados e novas formas de compreender as suas características as quais são manifestadas desde cedo nas crianças, na mais tenra idade.

Autismo é um jeito diferente de ser. O Autismo é facilmente confundido com deficiência mental. Atinge às crianças quase bebês, que não possuem defesas psíquicas para se defender e ataca principalmente a fala, uma das queixas principais. É um transtorno do desenvolvimento. O cérebro é afetado na área da interação social e habilidades de comunicação, sendo quatro vezes mais frequente em meninos do que em meninas. Geralmente, tem deficiência na comunicação verbal. (MÉLO, 2004) <http://arteautismo.com/16.html>.

De acordo com Mello (2007), Autismo é um distúrbio do desenvolvimento que se caracteriza por alterações presentes desde idade muito precoce, tipicamente antes dos três anos de idade, com impacto múltiplo e variável em áreas nobres do desenvolvimento humano como as áreas de comunicação, interação social, aprendizado e capacidade de adaptação. As causas do autismo são desconhecidas. Acredita-se que a origem do autismo esteja em anormalidades em alguma parte do cérebro ainda não definida de forma conclusiva e, provavelmente, de origem genética. Além disso, admite-se que possa ser causado por problemas relacionados a fatos ocorridos durante a gestação ou no momento do parto.

O autismo segundo A CID-10

A Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) é um catálogo publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que dispõe de uma codificação ou padronização de nomenclatura para as doenças conhecidas até então, permitindo a comunicação entre os profissionais da saúde. A CID está na décima versão, publicada em 2008. Os médicos utilizam a sigla CID-10 para identificar uma doença conhecida, bem como referir-se a sintomas, queixas de pacientes, aspectos fisiológicos anormais, dentre outros.

A CID-10 (OMS, 2008) define, o Autismo como Transtorno Global do Desenvolvimento caracterizado por: um desenvolvimento anormal ou alterado, manifestado antes da idade de três anos, o qual apresenta déficit nos seguintes domínios: interações sociais, comunicação, comportamento focalizado e repetitivo.

Além disso, o transtorno comumente tem outras manifestações inespecíficas, por exemplo: fobias, perturbações de sono ou da alimentação, crises de birra, de agressividade com o outro ou de auto agressividade (SILVA, 2017; PEREIRA, RIESGO e WAGNER, 2008; POZZATO, 2010).

Esses sintomas permanecem na literatura como sendo comuns no Autismo, porém, por abarcar um largo espectro de sintomas característicos e inespecíficos passa a ter o nome de Transtorno do Espectro Autista ou dito pela sigla TEA a partir do DSM-V (2014).

O Autismo segundo o DSM-V

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais(DSM-V publicado em 2014, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por “prejuízos persistentes na comunicação e interação social, bem como nos comportamentos que podem incluir os interesses e os padrões de atividades, sintomas estes presentes desde a infância que limitam ou prejudicam o funcionamento diário do indivíduo” (ONZI e GOMES, 2015, p.1). O termo “autismo” perpassou por diversas alterações ao longo do tempo, e atualmente é chamado de Transtorno do Espectro Autista (TEA) pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) (APA, 2014).

Partindo de pesquisas sobre a temática, diversos autores caracterizam o TEA como um desenvolvimento comprometido e anormal na interação social e na comunicação; um repertório bastante restrito de atividades e interesses. E, ainda manifestações que variam, dependendo do nível de desenvolvimento e da idade cronológica da pessoa portadora do transtorno (BOSA, BATISTA, 2012; ONZI E GOMES, 2015).

A esse respeito, Bosa (2006) destaca que estudos sobre intervenções psicoeducacionais muitos autores indicam quatro alvos básicos em qualquer tratamento: 1) estimular o desenvolvimento social e comunicativo; 2) aprimorar o aprendizado e a capacidade de solucionar problemas; 3) diminuir comportamentos que interferem com o aprendizado e com o acesso às oportunidades de experiências do cotidiano; e 4) ajudar as famílias a lidarem com o autismo

Dependendo do grau de comprometimento, crianças com déficit na área da comunicação e no desenvolvimento social podem aderir a diferentes formas de comunicação alternativa. Uma das alternativas sugeridas incluem o PECS (Picture Exchange Communication System) e a linguagem de sinais. O programa PECS foi desenvolvido em 1993 e utiliza-se de objetos, palavras impressas, imagens ou combinações dos envolvidos e alguma forma de auxílio físico, como placas de comunicação, livreto e exibição dos materiais visuais. A associação entre símbolos e atividades facilita tanto na compreensão quanto na comunicação

(BOSA (2006, p.50). .

O Conselho Nacional de Saúde do Brasil diz que o autismo é uma síndrome complexa e sua incidência é maior que os números de pessoas afetadas por AIDS, câncer e diabetes juntos. De acordo o CDC (Center of Diseases Control and Prevention), órgão do governo dos Estados Unidos existe uma criança com autismo para cada 110. Em nosso país esses números não estão diferentes. Estima-se que esse número possa chegar a 2 milhões de autistas no país. (SAUDE, 2011).

http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2011/01_abr_autismo.html).

2.2. O autismo na escola

Pesquisas recentes com o uso de pictograma vêm demonstrando sua eficácia para estabelecer diálogos e proporcionar a melhoria da comunicação de pessoas não verbais inseridas no ensino regular.

De acordo com os dados obtidos nas pesquisas desenvolvidas pelo ProPED da UERJ sob orientação e coordenação da Profa Leila Nunes, a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) deve ser introduzida em todas as escolas regulares e especiais a fim de que seja garantido o direito de comunicar a todos os alunos impossibilitados de se expressarem por meio da fala. A capacitação de professores deve ser contínua e os pesquisadores devem orientar os professores em sala de aula e demonstrarem como utilizar e desenvolver pranchas e álbuns de comunicação com uso de pictogramas, favorecendo assim, a interação e relação interpessoal destes alunos com o mundo (WALTER, 2011).

A literatura afirma que o Autismo é uma síndrome que não tem cura nem diagnóstico fechado (FIGUEIREDO, 2015, SILVA, 2017, PELIN, 2013, (PEREIRA

et al, 2015), porém tem controle com o auxílio da escola, de médicos e principalmente da família (POZZATO, 2010, FIGUEIREDO, 2015, SILVA, 2017).

Diante desse pressuposto, a meu ver, a escola é uma instituição que pode trazer influências positivas para o desenvolvimento do aluno autista, já que passa ali cerca de 3 a 4 horas. Nesse intervalo de tempo é possível, com a ajuda de profissionais especializados e professores atentos e pesquisadores sensíveis auxiliarem-no a superar suas limitações de modo que as estratégias pedagógicas possibilitem a interação social e a promoção de comunicação verbal e não verbal entre os alunos da classe e da escola como um todo.

Como foi dito anteriormente, o autista manifesta algumas insuficiências ou excessos comportamentais em várias áreas. Os níveis de envolvimento destas insuficiências podem variar de um aluno para outro ao passar do tempo. Por esse motivo, a escola deve ter um programa de inclusão onde as atividades escolares sejam voltadas para o envolvimento do aluno ao contrário da exclusão.

Sabendo que o autista não se adapta ao mundo externo, “é preciso que na escola ele, o aluno, tenha rotina estruturada que faz com que ele se situe no espaço e no tempo. O professor deve fazer essa rotina, compreendendo que a mesma não é uma restrição de sua criatividade”. (KANASHIRO; 2011 p. 8,9)

De acordo com Walter (2011) um programa dirigido para o autista pode ajudar no desenvolvimento de sua comunicação. A autora defende o programa chamado PECS como uma alternativa para inclusão escolar do autista.

O PECS (The Picture Exchange Communication System, Bondy e Frost, 1984) utilizado no Programa para Autistas de Delaware (USA), é um sistema de comunicação por trocas de figuras e permitiu que muitos jovens autistas adquirissem a habilidade de comunicação dentro do contexto social. Com o uso do PECS, as pessoas que apresentavam comportamento não-verbal foram levadas a se aproximarem e a entregarem uma figura de algo desejado para um parceiro comunicativo, obtendo, portanto, o que realmente desejavam no momento, ou seja, solicitava-se que a criança iniciasse um ato comunicativo para que ocorresse resultado concreto dentro do contexto social (WALTER, 2011).

Em obra anterior, Walter (1998) descreveu um estudo mostrando algumas adaptações do PECS (Bondy e Frost, 1994) ao Currículo Funcional Natural (LeBlanc, 1991), através da redução do número de fases e acrescentou algumas alterações no arranjo ambiental, como o uso da pochete com o álbum de

comunicação. Esse estudo foi aplicado em 3 jovens com TEA e resultaram em alterações positivas nos padrões de comunicação, como: a) aquisição de algumas palavras e gestos, b) espontaneidade para solicitar o item desejado nas diferentes situações de vida diária e prática. O estudo concluiu discutindo a necessidade de continuar as adaptações do PECS ao Currículo Funcional Natural e sugerindo a investigação sobre as adaptações de sistemas alternativos de comunicação para o contexto brasileiro. Mas, o PECS tem sido criticado por alguns autores por entenderem que robotiza o sujeito (Mello e Silva, 2013 citados por FIGUEIREDO (2015)

No Brasil, o MEC/SEESP/SEB (1998), aponta como caminho para a inclusão de pessoas com necessidades especiais as adaptações curriculares realizam-se em três níveis: 1) Adaptações no nível do projeto pedagógico (currículo escolar) que devem focalizar, principalmente, a organização escolar e os serviços de apoio, propiciando condições estruturais que possam ocorrer no nível de sala de aula e no nível individual; 2) Adaptações relativas ao currículo da classe, que se referem, principalmente, à programação das atividades elaboradas para sala de aula; 3) Adaptações individualizadas do currículo, que focalizam a atuação do professor na avaliação e no atendimento a cada aluno.

Porém, um dos elementos essenciais no sucesso de tecnologias Assistivas ou metodologias alternativas para melhorar a comunicação do autista na escola é a relação escola-família, a qual deve ser de confiança. É preciso também que a família compreenda o assunto para que possa auxiliar nessas adaptações curriculares. Sendo assim, a escola e o sistema de saúde deveriam dar apoio à família, especialmente as que tem menor acesso às informações sobre o tema.

Sobre a atuação ao nível pedagógico tem livre arbítrio para escolher a metodologia ou a tecnologia mais adequada para a aprendizagem do aluno autista, mas há que se levar em conta o nível de desenvolvimento e do comprometimento ou nível de severidade ou da interatividade do sujeito. Portanto, não existe uma prática melhor que a outra, mas existem práticas e metodologias mais adequadas e coerentes para interagir com o autista e facilitar sua comunicação oral ou a não verbal.

Para Whitman (2015) citado por Onzi e Gomes (2015) “a linguagem de sinais para as crianças autistas pode ser uma das melhores formas de tratamento, dependendo de suas capacidades cognitivas, motoras e sensoriais,

pois não há necessidade do uso de dispositivos físicos”. Onzi e Gomes (2015) enfatiza que a tecnologia e os avanços dos programas de computador são excelentes aliados da comunicação, pois convertem palavras impressas, imagens e outros símbolos na forma de fala o que facilita a verbalização.

Mas, se a escola optar por programa especiais no atendimento aos alunos com TEA, como esses apontados por Whitman e Onzi e Gomes citados anteriormente, os professores hão que aprender a lidar com os Programas do computador, disponibilizar esse recurso aos alunos e também estudar ou se aprofundar nos estudos sobre o autismo.

O assunto sobre Autismo traz muitas convergências, mas ainda podemos perceber que:

[...] há ainda muitas divergências e dúvidas quanto a Síndrome do Autismo e por isso, é importante que se discuta e se realiza estudos mais aprofundados sobre o assunto visando comparar as informações e chegar a um consenso acerca das causas, diagnóstico e tratamento da patologia. (FIGUEIREDO, 2015)

Há muitas controvérsias sobre qual melhor intervenção a ser feita no caso de aluno com o transtorno do espectro do autismo na escola, porém fica uma certeza, que as pessoas que convivem com o autista, tais como os familiares ou pessoas cuidadoras, são muito importantes para se obter melhores resultados.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa está centrada na pesquisa narrativa acompanhada de reflexões sobre os fatos observados no decorrer das atividades escolares e na relação escola-aluno.

3.1 Perfil da Escola

O local onde a pesquisa aconteceu trata-se de escola pública estadual de ensino fundamental localizada no bairro do Guamá da cidade de Belém-Pará. Historicamente, em 03 de maio de 1954, uma Associação das Antigas Alunas do Colégio Gentil Bittencourt desenvolvia ações assistenciais (saúde, educação e saneamento) principalmente nas áreas mais críticas do bairro. O início era voltado para consultas médicas e distribuição de medicamentos aos moradores do Guamá.

Como a demanda foi grande Associação das Antigas Alunas conseguiram que a Santa Casa de Misericórdia do Pará efetuou uma doação de um terreno localizado à Rua Augusto Corrêa 876, esquina da Rua 3 de outubro, para iniciar a construção da escola Madre Rosa Gattorno e manutenção do ambulatório denominado Mestra Maria Alice.

Oficialmente a escola foi fundada no dia 05 de junho de 1967, com administração da professora Celi Alves de Souza e poucas dependências. No ano de 1986, foram ampliadas suas dependências para 10 salas atendendo a comunidade nos três turnos. Ao lado da escola foi construída uma creche Mestra Maria Alice que deixou de funcionar há muito tempo atrás.

Para melhorar o desenvolvimento das atividades escolares a associação assinou o convênio nº 065/97 com a Secretaria do Estado de Educação (SEDUC), fundamentado na lei nº 8.666/93, no qual emprestava gratuitamente, sob a forma de Comodato, o prédio da Escola Madre Rosa Gattorno. A Seduc colocou à disposição da escola os servidores de seu quadro funcional, fornecendo material, gêneros destinados à merenda escolar, consumo de água e luz e, considerando sua disponibilidade orçamentária financeira, materiais permanentes à escola conveniada.

Atualmente, a escola Madre Rosa Gattorno conta na sua gestão a professora Ana Lúcia Cerdeira Barata do Amaral e uma equipe de funcionários:

professores e técnicos. Atualmente, a escola atende uma clientela de aproximadamente 710 (setecentos e dez), alunos com faixa etária aproximadamente de 6 a 14 anos em dois turnos, com turmas de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental Conta com uma equipe de funcionários que trabalha para a melhoria de uma educação de qualidade com valores éticos e morais tão necessários à formação de nossas crianças.

O prédio da escola constitui-se de 14 salas de aula, 01 biblioteca, 01 secretaria, 01 sala dos professores, sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE), cozinha, refeitório, quadra de esporte descoberta e 5 banheiros (2 banheiros para os funcionários e 3 para alunos (entre eles um é adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida). No entanto, ainda falta adequar melhor a estrutura física para a acessibilidade das pessoas impossibilitadas de se locomover.

3.2 O Aluno Autista pesquisado

O aluno deste estudo tem laudo que possui o transtorno espectro do Autista (TEA), é do sexo masculino, tem 15 anos, está no 5º ano, estuda nessa instituição de ensino desde o 1º ano e já veio para a escola diagnosticado como autista seguindo os critérios do CID-10 (1993). Neste estudo o aluno receberá o nome fictício de Lucas, a fim de preservar sua identidade.

Lucas mora em Belém, no Riacho Doce - Bairro do Guamá. Na escola ele é acompanhado pelas professoras do AEE (Atendimento Educacional Especializado). Sobre suas características de linguagem é possível observar que ele compreende tudo que lhe é falado, e sua oralidade se dá por poucas palavras, frases e conversa com dificuldades.

Com relação a seu modo de lidar na escola, Lucas não participa da aula ativamente, somente quando a professora regente se dirige a ele e lhe solicita para fazer alguma atividade. Ele não consegue ficar na sala de aula em um período completo. A aula começa e logo se levanta e pede para sair. Demonstra que não gosta quando a professora do AEE vem até a sala para acompanhá-lo para suas atividades especiais na sala multifuncional.

O referido aluno apresenta comportamento de intolerância à sala de aula e recusa auxílio, ficando extremamente irritado com frequência. Ao contrário dessa

reação, demonstra interesse em criar e montar objetos no período da aula, gosta de tecnologia e jogos eletrônicos.

A alfabetização do aluno é precária. Mostrou que conhece as letras, sabe juntá-las para escrever algumas palavras, compreende o que a professora pede nas atividades que executa, mas não saber fazer uma leitura, e não demonstra interesse em escrever talvez por não saber ler com fluência necessária. Produz desenhos que traz de casa; pega um papel e o coloca sobre o desenho para reproduzi-lo.

Em conversas com a professora responsável da sala do AEE (Atendimento Educacional Especializado) ela falou que o aluno passa a manhã em um lixão catando coisas referente a tecnologia para montar, inventar e passar o tempo. A professora também falou que esse Lucas falta bastante e que “sua família deixa ele largado porque às vezes ele chega na sala sujo por ter passado o dia na rua catando lixo”. O lixo a que se refere são restos de materiais eletrônicos. A família não o ajuda nas atividades da escola.

3.3 A sala de aula

A turma onde fiz a pesquisa era de 35 alunos matriculados, mas somente 32 alunos realmente eram presentes às aulas e deste, 5 alunos tinham um tipo de deficiência.

Lucas não participava ativamente das aulas, ficava circulando pela sala ou muita das vezes saía pela escola procurando o que fazer. A professora não trazia nem fazia atividades para incentivá-lo a participar.

Percebi que a professora regente sentia dificuldade em passar atividade para Lucas e principalmente mantê-lo em sala. Vi que um dos problemas era fazer o aluno autista de 1,80 de altura ficar sentado em uma sala de aula quando seus colegas eram crianças pequenas e com idades bem menores que a sua. Outra observação, era começar alguma coisa na sala de aula sem planejar as atividades nem ser falado antecipadamente ao aluno, para que esse comportamento passasse a ser uma rotina, pois as pessoas autistas sempre seguem uma rotina e cada autista tem características únicas.

3.4. Recolha dos dados

A obtenção dos dados ocorreu na observação afetiva do aluno autista com as professoras, os colegas e os objetos de estudo ou atividades em sala de aula.

As observações foram registradas em diários de bordo e algumas fotos foram tiradas de suas atividades e de seus objetos escolares.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1. Meus primeiros contatos na escola

No primeiro dia de minha pesquisa Lucas não foi para a escola. Fui informada que ele era um aluno agressivo e não gostava de interagir com outras pessoas. Como eu havia estudado na faculdade um pouco sobre autismo antes de começar minha pesquisa eu já sabia que o autista não tem facilidade ou não interage com as pessoas. Fiquei atenta sobre suas características.

No segundo dia de pesquisa Lucas veio para a aula e para minha surpresa ele tinha 1.80 m de altura. Fiquei pensando: Meu Deus, e agora? Se dos pequeninos eu poderia levar mordidas, dele que era bem maior que eu, pois tenho 1.54m de altura o que poderia acontecer. Como agir? Como conquistá-lo?

De longe, observava seu comportamento, durante uns três dias e nesse tempo não vi ele agredir ninguém, no entanto, eu tinha receio de chegar perto. Notei que Lucas gostava de inventar a partir de materiais tecnológicos como celular e outros artefatos, tal como a coordenadora especializada em AEE havia me alertado nas nossas conversas anteriores.

Um dia ele chegou com um celular e me disse que era da mãe dele, nesse momento tentei me aproximar, mas ele só me olhou e não deu a mínima, me ignorou, e nem deixou eu olhar o que ele estava fazendo. Tentei, mas ele escondeu o celular para que eu não visse nada. Vi, no entanto, que ele estava jogando, então foi minha oportunidade de me aproximar. Tentei olhar novamente e ele não deixou.

Perguntei-lhe: - Você está jogando, né? Ele só me olhou.

Eu continuei: - Não quero mais ver o que você está fazendo porque eu tenho jogo no meu celular e não preciso ver o teu.

Nesse momento ele me olhou de outra forma e perguntou: - Que tipo de jogo você tem no celular? Respondi. E, ele me pediu para ver meu celular. Assim começou nossa amizade. Enquanto ele jogava no meu celular eu conversava com ele; perguntava tudo que queria saber sobre a vida dele: onde e com quem ele morava? Se tinha irmãos? Ele ia respondendo...

A falha para manter proximidade, ou engajar-se ou dar um objeto ou mostrar algo ou participar de jogo mútuo é um comportamento característico dos autistas (Dissanayake e Sigman, 1996 citado por SANINI, 2006, p.39).

Importantes estudos mostraram que o comportamento social e de apego do autista na maioria dos casos é escasso. Uma observação casual ou superficial pode parecer que o autista não tem interesse, mas observando mais sistemática nota-se que a primeira impressão é equivocada (DISSANAYAKE e SIGMAN, 2001; SANINI, 2006). Tomando por base esses estudos penso que no caso de me aproximar de Lucas parece que ele fez o jogo de ignorar-me, no entanto, no momento que lhe entrei no jogo dele houve uma reação, principalmente porque eu também tinha o que era de seu interesse.

De um modo geral o autista se mantém longe do estranho essa característica surge por causar-lhe ansiedade e estresse diante do novo.

4.2. Atividades escolares

A meu ver, a atividade voltada para um aluno com autismo é essencial enfocar no bom desenvolvimento de suas habilidades. Tudo deve ser feito com muita paciência, para que seja estimulado interesse e realmente queira fazer a atividade que lhe é pedida. As atividades devem ter entre os objetivos promover a interação com seus colegas de sala. O aluno em foco durante o período deste estudo não apresentou nenhuma agressividade aos seus colegas de sala.

Como fazer com que um aluno autista seja estimulado a fazer suas atividades se o aluno estudado não aceitava, na maioria das vezes, fazer as atividades que lhes eram passadas?

Lucas, por ter 15 anos de idade ficava difícil fazer com que ele mudasse seus pensamentos sobre estudar já que antes em casa e na escola pareciam indiferentes ao seu problema. A escola negligenciava quando colocou cinco alunos com NEE, entre eles o autista pesquisado. A professora em uma turma

com 32 alunos tem uma tarefa quase impossível para ser resolvida sozinha na sala de aula. Nesse caso, fica a pergunta: Como uma professora nessas condições de trabalho pode dar atenção a todos os alunos, sem ter ao menos uma professora auxiliar para ajudá-la?

Segundo a lei 597/07 que Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no Art. 25, parágrafo 1º determina que:

Cabe ao respectivo sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecer parâmetro para atendimento do disposto neste artigo, observado as dimensões do espaço físico e que o número de alunos por professor, não ultrapasse vinte e cinco Alunos por professor, nos cinco primeiros anos do ensino fundamental.

O Projeto de Lei nº 15.830, de 15 de junho de 2015 autoriza o Poder Executivo a limitar o número de alunos nas salas de aula do ensino fundamental e médio que têm matriculados alunos com necessidades especiais. E nos termos do artigo 28, § 8º, da Constituição do Estado, a seguinte lei determina:

Artigo 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a limitar, em até 20 (vinte) alunos, o número de matrículas das salas de aula do ensino público fundamental e médio que têm matriculado 1 (um) aluno com necessidades especiais.

Parágrafo único - No caso de aplicação do disposto no “caput” deste artigo e na hipótese de o número de alunos com necessidades especiais ser igual a 2 (dois) ou 3 (três), as demais matrículas não poderão ultrapassar 15 (quinze) alunos.

Portanto, a condição da professora onde Lucas estava lotado na escola foge ao que prescreve as Leis sobre o atendimento do número de alunos portadores de necessidades especiais educacionais.

Penso que quando o MEC/SEESP/SEB (BRASIL,1998) formulou orientações curriculares para a inclusão de pessoas com necessidades foi um grande avanço. Porém, as adaptações no nível do projeto pedagógico, as relativas ao currículo da classe, com atividades elaboradas para sala de aula e a atuação do professor na avaliação e no atendimento a cada aluno não estavam sendo seguidas nesse caso.

É comum saber dos alunos especiais em turmas regulares para fazer valer a Lei nº 7.853/89 (1989) que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, porém muito ainda precisa acontecer para que

a Lei não fique só no documento. Entre elas está a não preparação dos professores para saber receber e tratar os alunos especiais em suas salas. A despeito desta situação uma revisão foi realizada no sentido de compreender a inclusão escolar e autismo em que conclui-se:

A análise dos poucos estudos na área de inclusão escolar e autismo apontam para a identificação de competência social nessas crianças, neste contexto. Entretanto, essa é uma habilidade que depende de um conjunto de medidas como, por exemplo, a qualificação dos professores, apoio e valorização do seu trabalho. Mostrar que a escola pode ser, de fato, um espaço de desenvolvimento da competência social para crianças autistas é ainda um grande desafio para os pesquisadores desta área.

(CAMARGO e BOSA, 2009, p.71)

Para iniciar o processo de inclusão de um aluno com necessidades especiais, a professora ou o professor quase sempre se sente incapaz de interagir com esse aluno. Muitas das vezes, não sabe como fazer para incluir esse aluno em uma turma de alunos regulares; tem a sensação que o aluno se recusa a interagir com seus pares na sala de aula e a aprender qualquer atividade proposta. Isso acontece porque não houve preparo para esse docente.

Voltando aos fatos das atividades escolares na sala de aula, percebia que Lucas quando aceitava fazer alguma atividade proposta pela professora, ele a terminava em pouco tempo, talvez fosse porque eram repetidas e ele sabia resolvê-las. Mas, se fosse dado algo novo não sabia resolver, mas se fosse para montar, pintar ou desenhar ela fazia sem problemas e de forma paciente.

Ao identificar essas características, quando a professora propôs a atividade de pintar e colar (Figura 1) ele me pediu para eu sentar ao seu lado para ajudá-lo a colar e pintar. Começamos a nos familiarizar com essa atividade.

A professora regente queria que ele além de colorir os desenhos se interessasse para conta a história do Saci tema da aula sobre lendas. Essa foi uma atividade em que Lucas realmente se interessou. Ele montou tudo com cuidado e pintou com paciência, e cuidado, coisa que só demonstrava quando estava fazendo uma de suas invenções com os lixos eletrônicos que levava para a escola.



Figura 1. Pintura e colagem do aluno autista

O interesse restrito pode ser utilizado, de início, para se aproximar da criança. O assunto de sua preferência funcionará como uma porta de acesso à sua comunicação. O interesse restrito não deve ser proibido ou retirado da criança. Apenas precisamos usar a criatividade para explorá-lo, visando o desenvolvimento em outras áreas, bem como despertar o interesse por novos assuntos (PULY,2016).

Para os professores da sala de aula e da sala multifuncional da escola essa fase é de suma importância para seu desenvolvimento social, porém para mim o Lucas já deveria estar em outra fase escolar. Por exemplo, ser alfabetizado, pois tem 15 anos e mesmo sendo autista a escola poderia aproveitar os seus interesses e está no 5º ano; propor atividades que pudesse mantê-lo na sala de aula; aproveitar mais suas habilidades (Fig. 2) para também aprender mais os conteúdos escolares.

É preciso transformar a escola para que o aluno autista de algum modo participe junto com seus colegas de atividades coletivas. Como se vê na figura 3, o Lucas (o aluno mais alto de todos) está no meio da turma, mas ao mesmo tempo está solitário interessado no movimento circular do ventilador ligado enquanto os outros fazem algo em comum.

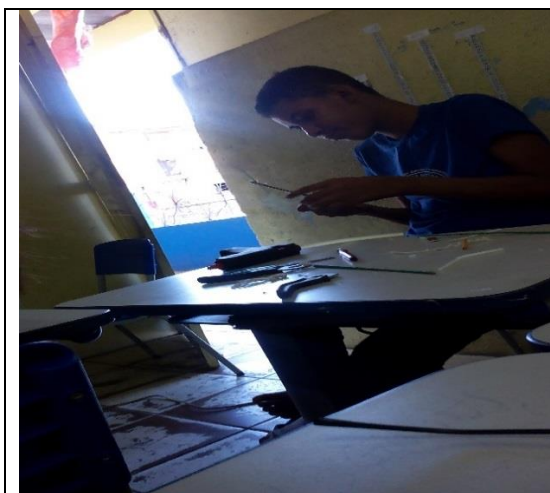


Figura 2. O aluno autista inventando



Figura 3. O aluno autista solitário na turma

Olhando pelo lado pedagógico o desenvolvimento de Lucas essas habilidades de inventar, pintar e colar precisariam ser melhor aproveitadas com propostas pedagógicas para que ele seja contemplado no que sabe fazer (Figuras 4 e 5).



Fig. 4. Desenho de Lucas



Fig. 5 Desenho de Lucas

A Declaração Mundial de Educação para todos no artigo 1 define assim:

1. Cada pessoa - criança, jovem ou adulto - deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os

conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades e continuar aprendendo (UNESCO, 1998, p.3).

Baseado na Declaração Mundial de Educação para todos cabe o direito do aluno autista ser atendido para também desenvolver suas potencialidades. Estes mesmos direitos são assegurados no artigo 4 da referida Declaração que trata da aprendizagem:[...] “a educação básica deve estar centrada na aquisição e nos resultados efetivos da aprendizagem, e não mais exclusivamente na matrícula” (UNESCO, 1998, p.4).

Por outro lado, minha preocupação é que as escolas deveriam ter articulações com a família e centros especializados para que na EJA possa assumir alunos como o Lucas que tem 15 anos de idade e que deverá estudar em uma escola que possui ensino para EJA (Educação de Jovens e Adultos). Este ano de 2018 ele terá que se adequar com uma turma nova e principalmente com novos alunos, ou seja, a rotina dele irá mudar e isso é comprometedor para um autista mudar sua convivência e inclusão social.

Penso que a escola deve desenvolver alternativas pedagógicas coerentes ao desenvolvimento e aos déficits da pessoa com autismo ou com outra deficiência para ela ser incluída verdadeiramente. Mas, a família também é responsável para com o direito dessa pessoa ser acolhida, fortalecida, instruída e instrumentalizada. Na escola deve prevalecer os direitos humanos das pessoas com autismo, possibilitando seu pleno desenvolvimento e a sua inclusão na sociedade. Todavia, não dá apoio algum ao aluno, sinto como se a escola fosse para a família, somente um lugar para Lucas não dar trabalho em casa.

A Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. No Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:

a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;

- b) o atendimento multiprofissional;
- c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;
- d) os medicamentos;
- e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

IV - o acesso:

- a) à educação e ao ensino profissionalizante;
- b) à moradia, inclusive à residência protegida;
- c) ao mercado de trabalho;
- d) à previdência social e à assistência social.

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

Diante da legalidade de ser uma pessoa especial, ser autista não é perder ou ignorar seus direitos. Crianças, jovens e adultos com essa síndrome devem gozar dos mesmos direitos e dignidade que as demais pessoas. Sendo que, se necessário, devem ser garantidos os apoios e adaptações razoáveis para o exercício desses direitos.

Infelizmente é comum nas famílias e na escola acontecer de o aluno autista ser rodeado de preconceitos e estar cercado de concepções equivocadas sobre sua deficiência. O meio social pode se constituir num componente reforçador de estigmas e de barreiras educacionais que levam à exclusão e à segregação.

5. CONCLUSÃO

Embora o período de convivência com o aluno autista tenha sido curto devido as faltas constantes do aluno na sala de aula, foi possível perceber vários aspectos nele: por exemplo, o aluno demonstrava ser muito inteligente para tarefas não escolares, porém essas habilidades não eram levadas em conta. A escola, a meu ver deveria ter uma proposta de atendimento especial, pois não vi pedagogicamente, propostas interessantes que o ajudasse a superar suas deficiências, tais como a interação e a comunicação. O aluno era mantido isolado e com tarefas diferentes quase sempre sem nenhuma atenção.

O autismo não é uma doença, mas um transtorno que dura a vida toda do sujeito, todavia um acompanhamento devido faz com que a pessoa leve uma vida normal na medida do possível. Lucas é um rapaz com altas habilidades para a invenção tecnológica, porém são ignoradas essas habilidades na escola. A meu ver se estas fossem alinhadas às propostas didático-pedagógicas poderia se esperar resultados mais positivos para alfabetizá-lo e incentivar a permanecer na sala de aula.

Estimular o aluno autista por meio de tarefas educativas de seu foco de interesse parece ser o caminho para ajudá-lo noutras áreas de desenvolvimento que não seja apenas na aprendizagem escolar, posto que a aprendizagem para a vida social tem muito a trazer benefícios para a vida do sujeito autista. Sem dúvida, se for feito um trabalho de socialização escolar o resultado seria de grande importância quanto às mudanças na sua interação e na sua comunicação. Não custa nada tentar.

Também considero certo que entre os estudiosos ainda não exista um consenso sobre o autismo, pois alguns falam que é para deixá-los viver de seu jeito em “seu mundo íntimo”, mas na verdade, deixar apenas nesse patamar parece que é um meio de tirar as responsabilidades da sociedade, pois a própria legislação é favorável a melhorias sociais.

O que penso é que, muitas das vezes, a hipocrisia assola a sociedade. A escola faz de conta que atende à Lei e a família faz de conta que manda seu filho para aprender algo para seu futuro ou para sua vida. Na verdade, poucos são os que fazem algo que estimule o autista a fazer suas tarefas escolares e fingem que

defendem os direitos dessas crianças prisioneiras dos seus próprios corpos e sem esperanças de dias melhores para suas vidas.

6. REFERENCIAS

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION (APA). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais-DSM-V. Porto Alegre: Artmed, 2014.

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION (APA). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais-DSM-IV-TR. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ARANHA, Sonia R. **Lei nº15830**. Disponível em: <http://www.soniaranja.com.br/limite-no-numero-de-alunos-em-sala-de-aula-com-aluno-de-inclusao/> Acesso em: 05 de janeiro de 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 02 de dezembro de 2017.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva** Brasília –Secretaria de Educação Especial/ Ministério de Educação. 2008.

BOSA, Cleonice Alves. **Autismo: Intervenções Psicoeducacionais**. Revista Brasileira de Psiquiatria. 2006; 28 (Supl I):S47-53. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbp/v28s1/a07v28s1.pdf> . Acesso em 01 de fevereiro de 2018.

CAMARA. **Lei Nº 597, DE 2007**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/525872.pdf> Acesso em 05 de janeiro de 2018.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher e BOSA, Cleonice Alves. **Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura**. Psicologia & Sociedade; 21 (1): 65-74, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n1/08.pdf> Acesso em: 4 de fevereiro de 2018.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família.** Rio de Janeiro: Wake, 2012.

Definição de Autismo segundo a CID-10 (2000) Instituto Autismo e Vida: Diferente é o mundo que queremos. Disponível em: <http://www.autismoevida.org.br/p/autismo-definicao.html> Acesso em: 05 de novembro de 2017.

DINASSAYAKE, C.; SIGMAN, M. Attachment an emotional responseiveness in children with autism. *International Review of Reserche in Mental Retardation*, 23: 239-266, 2001.

FIGUEIREDO, Jeane. **O Autismo: uma revisão. Anais do 18º Congresso Brasileiro de Enfermagem. 2015.** Disponível no site: <http://apps.cofen.gov.br/cbcentf/sistemainscricoes/arquivosTrabalhos/l65168.E13.T12231.D9AP.pdf>

KLIM, Ami. **Autismo e Síndrome de Asperge: uma visão geral.** Revista Brasileira de Psiquiatria, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbp/v28s1/a02v28s1.pdf>. Acesso em 15 setembro de 2017.

LEI N.º 7.853 de 24 de outubro de 1989
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei7853.pdf>

MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS (5 Ed.). Arlington, VA: American Psychiatric Publishing. Associação Americana de Psiquiatria. 2013.

MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS: DSM-5. [American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.]; – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014. Editado também como livro impresso em 2014. ISBN 978-85-8271-089-0

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde-Décima Revisão.CID-10, 8. ed. São Paulo: Edusp;2008. v.2.

MÉLO, Ray Gonçalves. **Arte Autismo.** Disponível em: <http://arteautismo.com/16.html>. Acesso em 10 de janeiro de 2018.

MELLO, Ana Maria S Ros de. Autismo, Guia Prático- 7ªEd. colaboração : Marialice de Castro Vatauvuk. . __ 6.ed. __ São Paulo :AMA ; Brasília : CORDE, 2007 Disponível em: <https://docslide.com.br/documents/autismo-guia-pratico-7a-edicao.html>Acesso: 15 de janeiro de 2018.

MELLO, A. M. S. R.; SILVA, R. C. Legislação e Autismo no Brasil. 2013

ONZI, Franciele Zanella; GOMES, Roberta de Figueiredo. **Transtorno do espectro autista: a importância do diagnóstico e reabilitação.** Caderno pedagógico, Lajeado, v. 12, n. 3, p. 188-199, 2015. ISSN 1983-0882. Disponível em:<http://www.univates.br/revistas/index.php/cadped/article/viewFile/979/967> Acesso: 1 de fevereiro de 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. CID 10: Classificação de transtornos mentais e de comportamentos. 10ª. ed. Porto Alegre:Artmed, 1998.

PELIN, Leonice. Estratégias para a inclusão de alunos com transtorno do espectro autista. 2013.

PEREIRA, A. C. S.; OLIVEIRA, M. B.; SILVA, G. G..Transtorno do Espectro do Autista (TEA): definição, caracterização e atendimento educacional especializado. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

PEREIRA, Alessandra Marques, RIESGO, Rudimar S., WAGNER, Mario B.ChildhoodAutism: translationandvalidationoftheChildhoodAutism Rating Scale for use in Brazil Autismo infantil: tradução e validação da Childhood Autism Rating Scale para uso no Brasil. Jornal de Pediatria - Vol. 84, Nº 6, 2008.

POZZATO, Michele Gea Guimarães. Desempenho funcional global e assistência do cuidador no autismo infantil e síndrome de Asperger. São Paulo, 2010. Tese de mestrado – Universidade Federal de São Paulo. Escola Paulista de Medicina. Programa de Pós-Graduação em Neurociências.

PULY,Amanda. “ **O autismo e o interesse restrito**”- 30 de março de 2016. Disponível em:<http://clubematerno.net/2015/12/01/o-autismo-e-o-interesse-restrito/> Acesso em : 10 de dezembro de 2017.

SANINI, Claudia. Comportamentos indicativos de apego em crianças com autismo. Universida Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia. Dissertação de Mestrado. 2006. Orientadora: Cleonice Bosa. 320p.

SAUDE, Conselho Nacional; **“Autismo”** Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2011/01_abr_autismo.html Acesso em 10 de dezembro de 2017.

SILVA, Adayria, **O autismo infantil no cinema- um ensaio**. Monografia. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto de Educação Matemática e Científica da Universidade Federal do Pará. Orientadora: Maria de Fatima Vilhena da Silva. 2017

TAMANAHAL, Ana Carina; PESSINOTOLL, Jacy ; CHIARI, Brasília Maria. **“Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da síndrome de Asperger”**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S15168034200800030015 Acesso em 04 de junho de 2017.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien, 1990. ED/90/CONF/205/1. 1998. Disponível no site: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>

WALTER, Cátia Crivelenti de Figueiredo. **A comunicação alternativa no contexto escolar inclusão de pessoas com autismo**. I Seminário de Pesquisa em Educação Especial e Inclusão escolar. Março de 2011. Material desenvolvido para curso de Formação inicial e continuada de professores da Baixada Fluminense para a inclusão de pessoas com NEE na educação básica e no ensino superior – Promovido pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Disponível no site:

<http://www.ufrjr.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/tecnologia-assistiva/SEMIN%C3%81RIO%20Textos%20professores%20do%20I%20SEMIN%C3%81RIO%20DE%20PESQUISA%20EM%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20ESPECIAL%20E%20INCLUS%C3%83O%20ESCOLAR/Material%20Prof%C2%A.A.%20C%C3%A1tia%20Walter.pdf> Capturado em: 01 de fevereiro de 2018.